

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, março de 2019, número 135. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

**ANÁLISE DA QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO:
LEITURAS DO COLETIVO DE PENSAMENTO**

ARTIGO DO MÊS

AS MULHERES SEM TERRA NA LUTA DO OITO DE MARÇO PELO ESPAÇO E TERRITÓRIO

<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>

EVENTOS

XIII Encontro Nacional da ANPEGE – ENANPEGE 2019

USP/São Paulo – São Paulo, 02 a 06 de setembro de 2019.

X Simpósio Nacional de Geografia Agrária e

IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária – SINGA 2019

UFPE/Recife – Pernambuco, 11 a 15 de novembro de 2019.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Relatório DATALUTA Brasil 2017.

Org.: Rede DATALUTA.

Elaborado anualmente, resulta da sistematização de dados coletados junto aos movimentos socioterritoriais e organizações como a CPT.

Também inclui informações

obtidas no cadastro do Incra, ITESP, Anoter, além de dados reunidos pelos grupos de pesquisa que integram a Rede Dataluta.

<https://www.fct.unesp.br/>

[!pesquisa/dataluta/periodicos-](https://www.fct.unesp.br/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatorio-dataluta/brasil/)

[dataluta/relatorio-dataluta/brasil/.](https://www.fct.unesp.br/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatorio-dataluta/brasil/)



**DE OLHO
NOS RURALISTAS**
Observatório do agronegócio no Brasil

De Olho nos Ruralistas

Realização: De Olho nos Ruralistas.

De Olho nos Ruralistas é um observatório jornalístico sobre o agronegócio no Brasil. Em foco, os impactos sociais e ambientais e o poder político e econômico dos ruralistas. A produção do portal e dos boletins diários (sobre Ambiente, Agronegócio, Comida e Conflitos) é mantida pelos assinantes. Para ver:

<https://deolhonosruralistas.com.br/>



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Editoração: Danilo Valentin Pereira e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério (bolsista FAPESP) e Danilo Valentin Pereira.

ANÁLISE DA QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO: LEITURAS DO COLETIVO DE PENSAMENTO

Onélia Carmem Rossetto

Professora no programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, campus Cuiabá. Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Integrante do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade – GECA/UFMT e da Rede de Pesquisa DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.
carmemrossetto@gmail.com

Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima

Professor no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Mestre em Geografia e em Direito Agroambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso. Integrante do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade – GECA/UFMT e Integrante da Rede de Pesquisa Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra e Projeto Dataluta Mato Grosso.
diogomdelben@gmail.com

Giseli Dalla-Nora

Professora no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Integrante do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade – GECA/UFMT. Integrante da Rede de Pesquisa Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra e Projeto Dataluta Mato Grosso.
giseli.nora@gmail.com

INTRODUÇÃO

O elemento que caracteriza a questão agrária no Brasil é a concentração da posse da terra nas mãos de uma minoria de detentores de meios de produção, cujos dados mais recentes, revelados pelo Censo Agropecuário 2017 (BRASIL, 2018a), demonstram que a estrutura fundiária continua concentrada, pois registraram-se 1.935.839 estabelecimentos rurais de até 10.000ha ocupando uma área de 7.711.580 hectares e 2.400 estabelecimentos rurais ocupando uma área de 51.823.420 hectares, evidenciando o desequilíbrio na condição de distribuição das terras, como consequência, registra-se constantes conflitos que resultam da oposição entre o campesinato e o agronegócio que, na perspectiva de Fernandes (2005) e Girardi (2008), disputam territórios imateriais (ideologias, posições políticas, cargos nos governos, aprovação de leis, apoio da opinião pública etc.) que se transformam em territórios materiais como a terra, os meios de produção, o apoio financeiro dos governos entre outros.

As contradições, desigualdades e conflitos se manifestam por meio das diferenças regionais e estaduais. Inserido nesse contexto, o Estado de Mato Grosso registra um crescimento econômico apoiado no aumento internacional dos preços das *commodities* e no monocultivo de extensas áreas de soja, milho, algodão, que avançam em direção à Floresta Amazônica e ao Pantanal Mato-Grossense – dois biomas de alta vulnerabilidade socioambiental. Observa-se também a redução de áreas de florestas e de pastagens naturais em estabelecimentos agropecuários e o aumento do volume de produção das lavouras temporárias e permanentes, evidenciando a consolidação da cadeia produtiva do agronegócio em todo o território mato-grossense. Assim, o território estadual apresenta múltiplas temporalidades e espacialidades refletidas por um lado na concentração de terras e nos promissores indicadores econômicos; por outro lado na resiliência

dos camponeses, quilombolas e indígenas retirados de suas terras, ameaçados pela insegurança alimentar e pelos impactos negativos que resultam das práticas do agronegócio.

O Projeto Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) - Mato Grosso, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (GECA), integra a Rede DATALUTA Brasil que congrega mais quinze universidades brasileiras e aproximadamente cinco Sul - americanas que articuladas contribuem para o projeto Banco de Dados da Luta Pela Terra (Dataluta) – Brasil. Contribuição que consiste na coleta, sistematização, disponibilização e análise de dados sobre ocupações de terra, assentamentos rurais, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais e conflitos no campo brasileiro.

Diante da problemática apresentada, este artigo – produto das reflexões e dos debates do coletivo de pensamento do GECA – tem como principal objetivo analisar a questão agrária no estado de Mato Grosso entre 2009-2016, com base nos problemas que se destacaram no período e mereceram reflexões mais aprofundadas, a saber: estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais de luta pela terra e criação de assentamentos rurais.

O COLETIVO DE PENSAMENTO

Na atualidade, Mato Grosso comporta toda a contradição histórica da questão agrária no país, através da expressão do arcaico e do moderno nas técnicas e nas relações sociais de produção; na estrutura social e na forma como faz surgir e trata as questões relacionadas ao agrário, haja vista o processo contínuo de concentração de terras e acúmulo de capital nas mãos do agronegócio.

A concentração de terras vem ocorrendo como resultado das políticas agrárias em diferentes temporalidades: no período das sesmarias, durante o sistema possessório e no período republicano onde os mecanismos de burla permitiram a posse de terras por uma mesma família por gerações consecutivas. As taxas mais elevadas de concentração da estrutura fundiária se estendem pelos três biomas presentes no Estado de Mato Grosso. No Bioma Amazônia destacam-se as Microrregiões de Aripuanã, Alta Floresta, Colíder, Norte Araguaia, Sinop e Paranatinga. Na transição Cerrado - Pantanal a elevada concentração de terras se destaca nas Microrregiões Tangará da Serra e do Alto Pantanal.

Rossetto (2016) registra que muitos integrantes da classe camponesa do Norte mato-grossense são migrantes ou descendentes dos migrantes originários do Sul do país que participaram do processo de avanço da fronteira agrícola. Os trabalhadores eram estimulados a ocupar as terras sob o comando das colonizadoras públicas e privadas, mantidas pelo poder estatal como é o caso do município de Alta Floresta, criado a partir de um projeto de colonização particular, através da Colonizadora Integração, Desenvolvimento e Colonização (INDECO S/A) em uma área de 527.936,7400 hectares com 3.487 lotes rurais e 7.493 lotes urbanos.

Nesse processo expansionista, os agricultores se sujeitavam a qualquer tipo de trabalho com a esperança de acesso à renda que propiciasse a compra de terras. No entanto, o espaço geográfico da fronteira agrícola norte mato-grossense atualmente é a área que concentra terras e capital, lócus territorial do agronegócio. A agricultura camponesa localizada nas Microrregiões de Colíder, Alta Floresta, Aripuanã e Alto Teles Pires, se caracteriza pelo considerável grau de tecnificação e subordinação ao agronegócio por

meio da cadeia carne-grãos, contribuindo para o aumento da diferenciação interna da agricultura camponesa (ROSSETTO, 2015).

Inserida no contexto do agronegócio, a Mesorregião Nordeste Mato-grossense, Microrregião Norte Araguaia, conhecida como Vale do Araguaia, também apresentam elevado índice de concentração fundiária (GINI entre 0,860 a 0,910), especificamente nos municípios de Santa Terezinha, Vila Rica, Santa Cruz do Xingu e Conquista D'Oeste.

A desconcentração fundiária no Estado de Mato Grosso é marcada pela luta em *prol* da reforma agrária, intensificada a partir da metade da década de 1990, com a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST em 1994 e a realização da primeira ocupação de terra pelo movimento no município de Pedra Preta em 1995 (FERNANDES, 2000). Os movimentos socioterritoriais e os municípios onde atuaram entre 2000-2016 estão demonstrados no Quadro 1.

Quadro 1 – Mato Grosso – Movimentos socioterritoriais e municípios onde atuaram 2000-2016

SIGLA	NOME DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL	MUNICÍPIOS
AGRICULTORES QUE VIVIAM EM TERRA	Agricultores que viviam em terra Indígena	Alto Boa Vista
ASA	Associação Santo Antônio	Guiratinga
ASTECA	Associação Técnica de Cooperação Agrícola	Rondonópolis
Cebi	Centro de Estudos Bíblicos	Cuiabá
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base	Cuiabá
CIMI	Conselho Indigenista Missionário	Cuiabá
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Jangada, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo, Nova Guarita, Rosário Oeste
CPT	Comissão Pastoral da Terra	Cuiabá, Guiratinga, Itaúba, Jaciara, Rio Banco, Chapada dos Guimarães, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Nova Guarita, Poxoréo, Santo Antônio do Leverger, Peixoto de Azevedo, Pedra Preta
CRB	Conferencia dos Religiosos do	Cuiabá
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens	Acorizal, Sinop
MOVIMENTOS INDÍGENAS	Movimentos Indígenas	Nova Guarita, Diamantino, Nova Marilândia, Nova Maringá, Alto Boa Vista, Rondonópolis, Peixoto de Azevedo, Alta Floresta, Barra do Garças, Colider, Comodoro, Itaúba, Juína.
MLT	Movimento da Luta Pela Terra	Barra do Garças, Cáceres, Campinápolis, Cuiabá, Jaciara,
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Cáceres, Cláudia, Cuiabá, Glória D'Oeste, Itaúba, Jaciara, Nova Olímpia, Rondonópolis, Sinop, Tangará da Serra,
MTA	Movimento dos Trabalhadores Assentados	Rondonópolis
MTAA/MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados de Mato Grosso	Cáceres, Cuiabá, Jaciara, Pedra Preta, Rondonópolis
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais	Porto Alegre do Norte
OI	Organização Independente	Chapada dos Guimarães, Cuiabá
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Nova Brasilândia, Rosário Oeste, Nova Ubiratã, Cuiabá, Rondonópolis

Fonte: DATALUTA Mato Grosso (2017).

Entre os grupos sociais que lutam pela terra estão os movimentos indígenas que se destacaram no período devido a processos de etnocídio e genocídio iniciados no período colonial (que continuam em curso). Atualmente a lógica está na inserção no modelo capitalista globalizado que fragiliza sobremaneira as identidades étnicas buscando tornar os povos homogêneos, inseridos na sociedade de consumo.

Foram registradas, pelo coletivo de pensamento do Dataluta Mato Grosso, várias situações de conflitos em terras indígenas (ROSSETTO et al., 2014; ROSSETTO et al., 2015). Entre elas, o conflito por uma área de 1.627.686,4495 ha, denominada de Várzea do Rio Araguaia, localizado nos municípios de Luciara-MT, Canabrava do Norte-MT, Novo Santo Antônio-MT, Porto Alegre do Norte-MT, Santa Terezinha-MT, São Félix do Araguaia-MT, Formoso do Araguaia - TO, Lagoa da Confusão -TO e Pium -TO, reivindicada como de posse tradicional indígena – dos povos Kanela do Araguaia, dos Xerente e dos Tapirapé.

O grupo étnico Kanela habita o Noroeste de Mato Grosso desde 1948. No entanto, atualmente, os indígenas vivem em diversos núcleos urbanos, nos municípios de Luciara, Santa Terezinha, Confresa, Canabrava do Norte e na aldeia Porto Velho, que constantemente é alvo de grilagem de terras e ocupação irregular de áreas públicas. Além da pressão exercida por fazendeiros, existem empresas de capital nacional e internacional com interesses na região, o que dificulta ainda mais a resolução dos conflitos.

Rossetto et al. (2014) analisam a situação da população indígena residente em áreas urbanas, afirmando que estas vivenciam a mesma problemática dos trabalhadores proletarizados, sendo explorados como mão de obra barata pelos setores trabalhistas que exigem menor qualificação. Assim, passam a integrar os movimentos socioterritoriais do campo e da cidade em busca de melhores condições de vida. O êxodo da população indígena resulta da concentração fundiária em Mato Grosso, tal processo foi se consolidando em cada ciclo econômico com o apoio do capital público e privado.

A Microrregião de Aripuanã se caracteriza pelo elevado índice de GINI da estrutura fundiária e por ocupar o 3º lugar em população Indígena do Estado de Mato Grosso com 3.877 habitantes. Entre as Microrregiões (MRH), os maiores percentuais de população indígena estão concentrados em Canarana, que abrange os municípios de Água Boa, Campinápolis, Canarana, Novo São Joaquim, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Querência e Santo Antônio do Leste, totalizando 12.567 pessoas indígenas.

A concentração de terras e de renda tem como consequência a subordinação camponesa, onde os trabalhadores rurais em situação de miserabilidade são explorados através do trabalho escravo contemporâneo, vivendo expostos a condições insalubres de moradia, higiene, alimentação, indisponibilidade de água potável, jornada exaustiva, ausência de direitos trabalhistas e liberdade. Assim, espaços territoriais como o Estado de Mato Grosso, veiculados pela mídia como grandes produtores agropecuários, providos de abundantes recursos naturais, ocultam a face da pobreza, da obtenção de lucro mediante a exploração de seres humanos (ROSSETTO et al., 2015).

Lima e Dalla Nora (2017) registram que a Amazônia Legal concentra o maior número de ocorrência de trabalho escravo no país (Mato Grosso, Pará e Maranhão). Entretanto, os estados do Centro-Sul (Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná) estão nessa lista. Isso comprova que o fenômeno não é exclusividade dos estados que estão em fase de incorporação de novas terras e/ou de modernização do setor primário, ou melhor, o fenômeno em tela atinge as regiões agrícolas “recentes” e as modernas ou consolidadas.

Entre os conflitos agrários, Lima e Rossetto (2017) destacam o caso da chacina na Gleba Taquaraçu do Norte, município de Colniza, onde em 19 de abril de 2017 um bando de homens encapuzados invadiu o acampamento de famílias rurais ocupantes de terra e mataram a todos com

requisitos de crueldade. O município de Colniza, desmembrado do município de Aripuanã, na região Noroeste, é uma das áreas mais conflituosas do estado por ocasião do descontrole e irregularidades das concessões de terras públicas e da inconsistente política agrária (e fundiária). Os autores analisam que na área do conflito, as tensões entre fazendeiros e trabalhadores rurais e as recorrentes suposições de “terras públicas” e de “terras sem dono” (geralmente, áreas ambientais) geram incertezas e insegurança jurídica, facilitando a atuação de grupos criminosos e a prática de crimes ambientais (desmatamentos), grilagem e pistolagem.

É importante ressaltar que o MST é o movimento socioterritorial de resistência camponesa mais conhecido e está organizado em 24 quatro estados brasileiros, nas cinco regiões do país, e suas principais ações são: ocupação, trabalho de base, acampamento, negociação política, organicidade, espacialização e territorialização (FELÍCIO, 2006). Em Mato Grosso sua atuação ocorre em quase todo o território, conforme apresentado na figura 03, um mapa síntese com a espacialização das ações dos principais movimentos socioterritoriais ao longo dos últimos dezesseis (16) anos, evidenciando o número de famílias em ocupações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados da plataforma DATALUTA Brasil e nos relatórios nacional e estadual, adotando-se como referência o período de 2000 a 2016, percebe-se que a atuação dos movimentos socioterritoriais já foi mais intensa e dinâmica. Evidencia-se também que os casos de manifestações foram pontuais e localizados. Aliás, na maioria das vezes, também foram motivados por questões afetas à política nacional e ao enfrentamento com os poderes executivo, legislativo e judiciário.

Pensar a questão agrária sob a perspectiva dos movimentos socioterritoriais, é pensar o destino que se quer sobre a questão agrária. Afinal, se trata do debate entre a sujeição de uma classe à força hegemônica, ou um movimento contra-hegemônico de resistência. Aceitar que o pequeno produtor deve se inserir no modo de produção capitalista exercendo as relações que este impõe, é aceitar a precarização das relações humanas e do trabalho, nos moldes que ocorreu com o trabalho (urbano) após a revolução industrial, principalmente com o trabalho fabril.

Este é um trabalho que tem como objetivo tornar pública a atuação dos grupos de pesquisas ligados à questão agrária, em especial a do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (GECA/UFMT), que tem responsabilidade de coletar e sistematizar os dados que alimentam a base de dados da Rede DATALUTA Brasil. Espera-se ter contribuído de alguma maneira para o fortalecimento teórico da luta pela reforma agrária.

REFERÊNCIAS

FELÍCIO, M. J. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. ***Campo-território: Revista de Geografia Agrária***, p. 14-30, 2006.

FERNANDES, B. M. **Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil**. UNESP, 2005. Disponível em:

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

<<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/GEOGRAFIA%20RURAL%202016/Aula%209b.pdf>>. Acesso em: 07/07/2018.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105064>>.

GIRARDI, E. P.; ROSSETTO, O. C.; SILVA, C. A. da; ASSUMPÇÃO, F. A. da C.; MOREIRA, M. C. DATALUTA – Mato Grosso. **Boletim Dataluta**, maio 2012.

GIRARDI, E. P.; ROSSETTO, O. C.; PEREIRA, L. I. Ações de luta pela terra no Estado de Mato Grosso em 2011. **Boletim Dataluta**, abril 2013.

LIMA, D. M. D. F.; DALLA NORA, G. O trabalho escravo e a exploração da terra e dos trabalhadores rurais nas? novas? fronteiras do capital na agricultura moderna brasileira. **Boletim DATALUTA**, v. 01, p. 01-10, agosto 2017.

LIMA, D. M. D. F.; ROSSETTO, O. C. Os conflitos agrários na Amazônia Mato-Grossense: o caso da chacina de Taquaraçu do Norte, município de Colniza, Mato Grosso, Brasil. **Boletim DATALUTA**, v. 1, p. 02-10, 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

ROSSETTO, O. C. Produção do Espaço Agrário no Estado de Mato Grosso e o Processo de Concentração de Terras no Pantanal Norte Mato-Grossense. In: _____; TOCANTINS, N. (Orgs.). **Ambiente Agrário do Pantanal Brasileiro: Socioeconomia & Conservação da Biodiversidade**. Porto Alegre: Editora Compasso & Lugar, Cultura, 2015. Disponível em: <http://issuu.com/imprensa.livre/docs/pantanal_parte_1> e <http://issuu.com/imprensa.livre/docs/pantanal_parte_2>. Acesso em: 09 fev. 2018.

_____. Concentração fundiária e conflitos socioambientais em Mato Grosso – Brasil. **Boletim Dataluta GECA**, abril 2016.

ROSSETTO, O. C.; GIRARDI, E. P.; DALLA NORA, G.; CARVALHO, K. C.; SANTIAGO, G. M.; LEMOS, H. V. O Campesinato Indígena na Construção do Espaço Geográfico Mato Grossense. **Boletim Dataluta**, abril 2014.

ROSSETTO, O. C.; GIRARDI, E. P.; DALLA NORA, G.; PAULLI, L. Faces da questão agrária em Mato Grosso: Agronegócio e trabalho escravo contemporâneo. **Boletim Dataluta**, maio 2015.

ROSSETTO, O. C.; LIMA, D. M.; NORA, G. D. **Banco de Dados da Luta pela Terra Relatório Mato Grosso 2016**. Cuiabá-MT: DATALUTA, 2016.